



O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM PROGRAMAS DO GOVERNO BRASILEIRO PARA A ESCOLA: NOTAS SOBRE INCLUSÃO

Roseli Belmonte Machado¹

RESUMO

Na perspectiva dos Estudos Foucaultianos em Educação, esta pesquisa propõe compreender quais modos de objetivação e de subjetivação são direcionadas para o professor de Educação Física por intermédio de alguns programas do Governo Federal que adentram a escola, focando nas atribuições docentes. Ao analisar os discursos presentes nos materiais desses programas, nota-se que se busca um professor de Educação Física preocupado em incluir para gerenciar riscos.

PALAVRAS-CHAVE: Professor; Educação Física; Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre o tema inclusão estão difundidas em todo o tecido social. Alicerçado em paradigmas sociais, econômicos e políticos o assunto ganhou forma e força em toda a nossa sociedade. Contudo, nos dias de hoje, talvez seja a escola um dos espaços em que esse tema é potencialmente ventilado. Nessa compreensão e ao considerarmos que o espaço escolar é constituído por pessoas e não apenas por mobiliários e paredes, entende-se que os sujeitos que circulam por esse lugar são constantemente atravessados por essa temática. Nos dias de hoje, ao adentrarmos as instituições escolares é possível assistirmos a inúmeras preocupações, discursos e práticas que remetem à inclusão.

Entre os sujeitos que são atravessados pelas políticas inclusivas está o professor. Constantemente requisitado a estar presente nas discussões sobre o tema e convocado a pensar estratégias para incluir seus alunos, o professor é um potente alvo das políticas que dispõem a inclusão, como demonstram trabalhos de pesquisa nessa área (LOPES; HATTGE, 2009, LOPES; DAL'IGNA, 2012, MENEZES, 2011). Nesse sentido, considera-se que o professor de Educação Física, bem como os demais, também está na mira de tais políticas.

Importa demarcar que o entendimento de políticas inclusivas discutidas nesta pesquisa vai ao encontro dos trabalhos e pesquisas desenvolvidas por Lopes (2011), a qual afirma que políticas de inclusão são manifestações da governamentalidade do Estado moderno e tem por objetivo atingir uma população que se quer governar ou que está sob o risco, sempre calculado, da exclusão. Compreende-se que, ao lado das políticas inclusivas, está a noção científica de risco, a qual “[...] vai se

¹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG), robelmont@yahoo.com.br

tornando uma perspectiva cada vez mais vigorosa. Configura a importância de posturas e práticas calculistas que visam ao controle das diversas situações de vida em termos de custos e benefícios” (CASTIEL, 2007, p. 12). São reguladoras sociais que gerenciam aqueles vistos como casos de risco, governando-os pela mobilização de algumas poucas ações que incidirão sobre os seus modos de vida. Desse modo, entende-se que programas como o Programa Mais Educação, o Esporte na Escola e a Política Nacional da Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva — todos direcionados para a escola — são parte de políticas inclusivas, pois gerenciam e conduzem, dentro da escola, sujeitos vistos como risco.

Nessa esteira de pensamento, por compreender que a escola é um dos espaços mais profícuos para o acionamento de políticas inclusivas, como os programas supracitados, e percebendo que os docentes são um dos alvos dessas políticas, surge a vontade desta pesquisa. O objetivo foi compreender quais modos de objetivação e de subjetivação são direcionadas para o professor de Educação Física por intermédio dos programas Mais Educação, Esporte na Escola e pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. No rol dos Estudos Foucaultianos em Educação, no qual se insere esta pesquisa, compreende-se que não há um sujeito mesmo, mas um sujeito contingente compreendido pelo *a priori* histórico, pelos modos de objetivação — em práticas de saberes e de poder — e modos de subjetivação — na relação do sujeito com as verdades — que o constituíram em uma ou em outra função. Um sujeito constituído nas diferentes racionalidades e regimes de verdade que foram forjando diferentes subjetividades.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de inspiração genealógica, a qual, segundo Michel Foucault (2008) “[...] se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos” (*ibidem* p. 69-70). A genealogia está posta como um modo de olhar para o objeto no intuito de compreender como somos constituídos nas relações entre saber, poder e verdade. É uma análise dos discursos que compõe e organizam programas considerados inclusivos que adentram a escola — pois destinam-se ao gerenciamento de casos vistos como risco — sob um olhar de tensionamento entre as relações poder-saber-verdade que vão constituindo docentes.

Para tal empreendimento foram analisados os seguintes documentos: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001); Portaria Normativa Interministerial Nº 17, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007); Manual operacional de educação integral (BRASIL, 2013); Programa Mais Educação: Passo a passo; Manual de Orientações Esporte na Escola. Brasília (BRASIL, 2013a).

3 PARA PENSAR AS ATRIBUIÇÕES DOCENTES

Destaca-se que nem todos os programas analisados se denominam como inclusivos, porém, ao olhar o modo como se organizam, ficam claros seus enredos com uma vontade de gerenciar riscos e de incluir. Contudo, para além de

compreender esses programas como gerenciadores de risco e, portanto, parte de políticas inclusivas, este trabalho tem o intuito de destacar como, em seus discursos, tais programas objetivam e delineiam as atribuições dos professores, em especial os de Educação Física, naquilo que é compreendido como modos de objetivação e subjetivação. A seguir, alguns excertos retirados dos programas em análise e que mostram como o professor deve ser e o que ele deve trabalhar em suas aulas:

As vivências trabalhadas na perspectiva do esporte educacional devem ser *voltadas para o desenvolvimento integral do estudante, atribuindo significado às práticas desenvolvidas com criticidade e criatividade. O acesso à prática esportiva por meio de ações planejadas, inclusivas e lúdicas visa incorporá-la ao modo de vida cotidiano* (BRASIL, 2013, p. 19 — grifos meus).

E, para que isso ocorra, o Programa visa *capacitar os professores para atender adequadamente às expectativas desses e preparar os outros beneficiados para interagirem com os colegas com deficiência promovendo a interação destes beneficiados* (BRASIL, 2013, p. 4 — grifos meus).

Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, contribuindo para a efetivação dos direitos e construção da cidadania das crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente, com deficiência e/ou necessidades especiais, em situação de vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, *capacitar o futuro profissional da área da educação física para desenvolver o ensino das atividades físicas para pessoas com necessidades especiais e/ou deficiência*. (BRASIL, 2013, p. 10 — grifos meus).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: *Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar* (BRASIL, 2008, p.8 — grifos meus).

A *combinação dos dois programas amplia as possibilidades de práticas esportivas, na medida em que não é obrigatório a escola dispor de infraestrutura esportiva, já que o PME se vale também de espaços alternativos próximos ao ambiente escolar, tais como ginásios e praças. Além disso, não é necessário que o PST ofereça o reforço alimentar, uma vez que os alunos já recebem a merenda escolar complementada pelo MEC para permanecer na escola em tempo integral*. (BRASIL, 2013a, p. 6 — grifos meus).

Na Educação Integral, define-se que o professor atuante seja um professor comunitário, seguindo os protocolos predefinidos nos documentos. Os professores de Educação Física que atuam no Programa Mais Educação, poderiam atuar no Macro Campo chamado Esporte e Lazer e no Macro Campo da Cultura e Artes (BRASIL, 2007). Porém, embora houvesse uma lista de atividades e conhecimentos que poderiam ser desenvolvidos e ensinados, esse não é o foco, pois, é possível notar nas diretrizes do Programa a primazia do acolhimento e do gerenciamento dos riscos. Isso é reforçado no Manual de Educação Integral que se propõe a incluir os educandos através de atividades lúdicas que os integrem nos cotidianos modos de vida e os retire de situações de vulnerabilidade social. Tal proposta é estendida para estudantes com deficiência. O Esporte na Escola traz um discurso preocupado com questões de inclusão social, alimentar e assistencial, além de ressaltar a articulação desse programa com o Mais Educação. Não obstante a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva indica a necessidade de formação de professores para a inclusão escolar.

Cabe ressaltar que, embora fossem destacados excertos que se dirigem ao professor, pouco se vê sobre conhecimentos e saberes tidos como específicos da Educação Física. O foco é bastante generalista e coloca o professor como aquele que deve incluir, cuidar, acolher e gerenciar riscos. Parece que há uma falta de especificidade em relação ao que deve ser trabalhado, mas um foco nas funções e na constituição do professor, o qual deve ser, dentre outros aspectos, gerenciar riscos e incluir.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sublinho também o entendimento de que, além de aproximar e incluir os desvios e gerenciar aqueles vistos como riscos, as políticas de inclusão tentam governar a todos. Essas políticas, muitas vezes, dirigem-se muito mais àqueles que não eram considerados um risco — num determinado aspecto, pois em outro talvez fossem —, constituindo modos de agir e de pensar, do que àqueles que seriam comumente considerados alvos das políticas inclusivas. Esse é o caso do professor.

Implicado pelos diferentes modos de objetivação e de subjetivação — programas governamentais, práticas atuais, currículos — o professor de Educação Física também é acionado para dispor estratégias que se afinam com a inclusão num viés eu está voltado para o gerenciamento de riscos e pouco para o ensino de outros elementos tidos como saberes específicos da Educação Física. Ao professor são direcionados os currículos e os manuais de como atuar com cada prática e é esperado que ele se torne um professor preocupado com os que estão sob o cálculo do risco, um professor inclusivo.

MAESTRO DE EDUCACIÓN FÍSICA EM PROGRAMAS DEL GOBIERNO DE BRASIL EN LA ESCUELA: NOTAS SOBRE LA INCLUSIÓN

RESUMEN: Desde la perspectiva de los estudios de Foucault en la educación, esta investigación propone entender lo que los modos de objetividad y subjetividad se dirigen al maestro de educación física por parte de algunos programas del gobierno federal que entran en la escuela, centrándose en tareas docentes. El análisis de los discursos de los materiales de estos programas indica que busca un maestro de educación física en cuestión para incluir y gestionar el riesgo

PALABRAS CLAVE: Maestro; Educación Física; Inclusión

THE TEACHER OF PHYSICAL EDUCATION IN SCHOOL PROGRAMS OF THE BRAZILIAN GOVERNMENT: NOTES ABOUT INCLUSION

ABSTRACT: In the perspective of the Foucauldian Studies in Education, this research proposes to understand which modes of objectification and subjectivation are directed towards the Physical Education teacher by some programs of the Federal Government for the school, focusing on the teaching assignments. The analysis of the discourses present in the materials of these programs indicates that a physical education teacher is looking for a concern to include to manage risks.

KEYWORDS: Teacher; Physical Educations; Inclusion.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Manual Operacional de Educação Integral**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, 2013e.

BRASIL, Ministério do Esporte. **Manual de Orientações Esporte na Escola**. Brasília: ME, 2013b.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC; SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

BRASIL. **Programa Mais Educação.** Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007.

BRASIL. **Lei 10.216 de 06 de abril de 2001.** Brasília: Presidência da República, 2001.

CASTIEL, Luis David. Identidades sob risco ou risco como identidade? A saúde dos jovens e a vida contemporânea. In: **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.4, p. 02-16, jul./dez. 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** 16.ed. São Paulo: Loyola, 2008.

LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. **Inclusão Escolar:** conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

LOPES, M.C. Políticas de inclusão e governamentalidade. In: THOMA, A.S., HILLESHEIM, B. (Org.). **Políticas de inclusão:** gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 7-15.

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Claudia. Subjetividade docente, inclusão e gênero. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 851-867, jul.-set. 2012.

MENEZES, Eliana. A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva. **Tese** (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.